

Dívida Pública Ajuste é inevitável, diz FMI

■ Diretor do Fundo afirma que redução do déficit fiscal brasileiro tem que ser feita logo

JANES ROCHA

BRASÍLIA – O diretor para Assuntos Fiscais do Fundo Monetário Internacional (FMI), Vito Tanzi, dá um alerta ao governo brasileiro: “o Brasil não pode continuar com déficit de 6%, que faz a dívida pública crescer. Se não pode fazer um ajuste fiscal nos próximos meses por razões eleitorais, deveria fazer imediatamente depois das eleições”. Tanzi refere-se ao saldo negativo nominal entre receitas e despesas do governo federal, que já atingiu o equivalente a 6,7% do Produto Interno Bruto (PIB) e não dá sinais de recuperação, apesar do pacote de medidas anunciado em novembro do ano passado.

“O ajuste fiscal é inevitável e será sempre mais difícil fazê-lo quanto

mais o tempo passar”, afirmou o diretor do FMI, que participou de um seminário sobre distribuição de renda, pobreza e crescimento econômico em Brasília. O economista italiano, autor de uma teoria econômica que leva seu nome (“Efeito Tanzi”) sobre a corrosão inflacionária na arrecadação de impostos, também alertou para o alto déficit em transações correntes que o Brasil apresenta, na faixa de 4% do PIB.

“Nesse momento não há problemas porque o mercado e os organismos internacionais estão dispostos a dar empréstimos ao Brasil. Mas um déficit em conta corrente de 4% do PIB é muito grande”, diz. “Se a situação continua assim, há sempre o risco de que em algum momento o mercado internacional mude, como

aconteceu com a Coreia, a Tailândia. Isso pode acontecer aqui também e, por esse motivo, é preciso fazer o ajuste das finanças públicas o mais cedo possível”, afirmou.

Tanzi sempre manteve uma posição crítica em relação ao Brasil e vem defendendo há anos a necessidade de um ajuste fiscal que permita a redução da carga tributária do país, para ele a mais alta da América Latina e uma das mais elevadas do mundo.

Por considerar já exagerada a tributação sobre a economia brasileira, o diretor do FMI acha que os instrumentos utilizados no pacote fiscal de novembro - basicamente elevando a receita através de impostos - não têm mais espaço e que chegou a hora de cortar gastos públicos. “A crise asiática não passou. O problema na Indo-

nésia, particularmente, e o da Coreia, da Tailândia, continuam”. Questionado sobre o que fazer, Tanzi é direto: “você tem a responsabilidade de dizer às pessoas que essa decisão (os cortes) tem que ser tomada e não é só o governo federal. O Congresso, os governos estaduais, todos têm que contribuir para essa decisão”.

Tanzi teve encontros com o ministro da Fazenda Pedro Malan e os membros da equipe econômica, a quem expressou essa preocupação. Mas fugiu das previsões sobre os resultados das contas brasileiras feitas pelo FMI para 1998, limitando-se a criticar as estimativas já divulgadas pelo governo como a possibilidade de cortar o déficit em conta corrente de 4% para 3,7% ou 3,8%. Este corte, segundo Tanzi, “é pouco”.